

Os Chané-Guaná e os europeus na constituição do *Gran Chaco* Colonial

Iára Quelho de Castro¹

Até meados do século XVIII os povos de língua Aruák que viveram entre o século XVI e o XVIII na região que ficou conhecida como *Gran Chaco*², foram tratados genericamente como Chané-Guaná, embora os europeus reconhecessem a existência de diversas “parcialidades” como parte desse grupo que foi considerado um dos maiores do território chaquenho colonial.³

Os primeiros europeus que percorreram o interior da América Meridional no século XVI constataram a presença de uma pluralidade de povos naquele vasto território. Paradigmáticos das primeiras representações constituídas são as narrativas do adelantado espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca e o diário de Ulrich Schmidl, no interior do quais emerge uma profusão de povos que foram apresentados, descritos e nomeados, juntamente com o meio ambiente chaquenho, seus rios e trilhas percorridos, constituindo-se o discurso inaugural sobre aquelas terras.⁴

Os relatos descreveram as dificuldades e os obstáculos existentes no Chaco para os europeus, representados pela alternância do regime das águas, entre enchentes extremadas e secas rigorosas (Lozano 1941 [1736]); a pobreza dos seus recursos minerais (Techo 2005 [1663]); da grande quantidade de animais perigosos e mosquitos (Oñate 1929). As narrativas fundadoras da região do Chaco foram conferindo sentidos a um mundo que se desdobrava aos olhos europeus. Frente à estranheza era preciso ordenar e elidir vazios através da atribuição de significados àquele mundo diferente, iniciando-se dessa maneira a constituição imaginária do universo colonial hispânico na

¹ Doutoranda em Ciências Sociais (Unicamp). Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

² O nome Chaco foi usado inicialmente para se referir à Província de Tucumán, posteriormente utilizado para designar uma ampla planura, abrangendo terras dos atuais estados da Bolívia, Argentina, Paraguai e Brasil (Carvalho 1992). Em torno de 1590, o topônimo foi mencionado pela primeira vez, para se referir às terras indígenas que passavam a ser consideradas como territórios espanhóis, e assim sendo, demarcados a partir dos arcebispados de *Chaquisaca* ou de *La Plata* até a diocese do Paraguai, e sua latitude desde a província de *Santa Cruz de La Sierra* até o bispado de Buenos Aires (Techo 1897[1663]).

³ São raros os registros coloniais hispânicos que constam os nomes de cada subgrupo, podendo ser citados os dos missionários jesuítas Sanches Labrador (1910), Huonder (1902), Bartolomé e os dos demarcadores de fronteiras Azara e Aguirre, na segunda metade do século XVIII.. “Parcialidade” é um termo usado pelos espanhóis para fazer referência às unidades sócio-territoriais indígenas, nas quais se reconheciam a presença de um chefe ou cacique. Na prática era um termo genérico, pouco preciso em termos sócio-políticos, que servia tanto para descrever como para construir a realidade indígena (Boccaro 1999).

⁴ A narrativa de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca foi publicada pela primeira vez em Valadolid, em 1555, sendo reeditada por quatro vezes; o diário de Schmidl, soldado alemão que fazia parte da expedição espanhola comandada por Pedro de Mendoza, foi publicado pela primeira vez na Alemanha em 1557 e teve 18 edições até o século XIX, e nos séculos seguintes também ocorreram novas edições.

região chaquenha, do qual os Chané-Guaná passariam a fazer parte. Descrevendo as paisagens, as rotas percorridas e os povos que encontravam, inscreveram na história escrita as primeiras incursões espanholas dando a conhecer ao mundo ocidental o Chaco e seus habitantes.⁵

O mundo que foi sendo simultaneamente reimaginado e revelado pelos europeus expressava o sentimento de caos que experimentavam frente aos diversos grupos locais. Do ponto de vista dos colonizadores, impunha-se a necessidade do ordenamento e da regulamentação da realidade chaquenha, o que levou à produção de um saber sobre os povos indígenas e de fazeres administrativos especialmente instituídos para governar a população nativa.⁶ O *Chacú* indígena, dessa forma, foi reordenado e dotado de novas instituições e intenções.⁷

Conhecidas são as intenções do reordenamento promovido pelos europeus: fazer com que os novos agentes sociais pudessem circular com maior facilidade, até mesmo sobreviver e obter mais eficiência na exploração do Novo Mundo, como sugerem as informações, descrições e dados contidos nas crônicas e narrativas da conquista e colonização, que permitiram a constituição de um saber sobre os povos encontrados e a geração de medidas para a sua administração. Não obstante, pode-se afirmar que os registros vão além dos propósitos a que serviam, na medida em que oferece vestígios que permitem construir o entendimento do *Gran Chaco* e seus povos não como algo a ser simplesmente administrado. Insinuam-se imprevisivelmente nos documentos coloniais as informações que possibilitam perceber aquela região como espaço indígena, resultado de uma complexa dinâmica sócio-cultural e política, de uma intrincada rede de transações materiais e simbólicas entre povos distintos, dando a ver como os indígenas teceram aquela região como seu lugar de pertencimento.^{8 9}

⁵ Schmidl faz desfilar sob o olhar ocidental uma profusão de “tribus”, indicando a sua localização, características físicas e habilidades, sobretudo a de produzirem gêneros de subsistência e classificação dos grupos conforme o grau de hostilidade ou receptividade à presença européia.

⁶ Susnik (1981) analisa as diversas providências e regulamentações baixadas pelo colonialismo espanhol para administrar os povos indígenas, que constituem fontes para os estudos dos povos do Chaco colonial. Os relatos e descrições realizados pelos funcionários hispânicos constituíram a base do conhecimento que se tinha sobre os povos chaquenos, entre os séculos XVI e meados do XVIII, sobretudo, dos jesuítas (Kersten 1965 [1905]). As relações estabelecidas entre os povos indígenas do Chaco e os espanhóis podem ser percebidas, por exemplo, nos relatos do jesuíta Pedro Lozano, em sua obra *Descripción chorographica del Gran Chaco Gualamba* editada em 1733, em Córdoba e reimpressa em Tucumán em 1941, sendo considerada uma das principais obras do período jesuítico no Chaco colonial (Métraux 1996:27).

⁷ Os jesuítas Techo (2005 [1663]), Jolis (1972 [1789]) e Lozano (1941 [1733]) indicam que a designação Chaco tem sua origem na palavra “chacú”, da língua quéchua, significando lugar de caça.

⁸ A história do Gran Chaco, do ponto de vista da historiografia platina, iniciou-se no século XVI, encontrando-se vinculada à história da conquista européia da ampla região do rio da Prata. Os eventos que

A partir das repetidas tentativas dos espanhóis para atingirem o Peru atravessando a imensa região chaquenha, os Chané-Guaná ganharam visibilidade, sobretudo por suas fartas e extensas roças, o que foi constado desde Schmidl no século XVI, que poderiam resolver o dramático problema de abastecimento dos exploradores europeus no interior da América Meridional.¹⁰

Relatos como os de Schmidl (1970 [1557]), Cabeza de Vaca (1985 [1555]) e Guzmán (1980[1612]), para se citar alguns dos mais antigos, indicam a importância da participação indígena nas incursões espanholas de reconhecimento da região chaquenha. Cypriano (2000) avalia que as alianças iniciais dos povos chaquenhos com os ocidentais eram motivadas pelo interesse indígena em conquistar novos aliados contra seus inimigos e de escapar do poder das armas dos europeus. A esses fatores parece legítimo levar em conta as táticas usualmente utilizadas pelos indígenas em suas relações uns com outros; a dinâmica da reciprocidade e o voraz interesse pelos objetos e conhecimentos trazidos pelos europeus, manifestado pelos povos ameríndios, como os Chané-Guaná, entre outros. Necessidades práticas e administrativas, como se afirmou anteriormente, levaram os espanhóis ou seus agentes a produzir informações e descrições sobre os povos que encontravam, constituindo verdadeiros itinerários geográficos e simbólicos que orientavam a movimentação espanhola no interior da América Meridional. Neles surgiam não somente as paisagens, com seus rios tortuosos ou mansos, matas densas ou ralas, áreas alagadas ou secas, águas potáveis ou não. A necessidade impelia também ao conhecimento dos grupos existentes, suas características, localizações, roças e, sobretudo, o potencial para abastecer com víveres, e ao reconhecimento das habilidades indígenas capazes de garantir a sobrevivência em

foram registrados para perpetuar a história dessa região mostram as sucessivas incursões espanholas na travessia do Chaco, - a partir da cidade de Nuestra Señora Santa Maria de la Asunción, fundada em 1537, como base para as partidas de exploração do Chaco, que constituíram as celebradas incursões transchaquenas realizadas pelos espanhóis no século XVI. Relembro aqui algumas dessas expedições celebradas pela historiografia da região, para indicar o trânsito dos espanhóis nessa área: a de Juan de Ayolas (1537-1539), que atravessou a região e atingiu as terras dos Chané; a de Domingo Martínez de Irala (1540); a de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca contra os Mbayá-Guaicuru em 1542; a expedição de reconhecimento de Irala (1542) ao Puerto de Los Reys; a expedição de Cabeza de Vaca (1543-1544) ao Alto Paraguai na vã tentativa de cruzar o norte do Chaco; o ataque de Nuflos Chávez aos Mbayá-Guaicuru (1545); a marcha de Irala (1548-1549), desde o morro de San Fernando (Pan de Azucar) através dos territórios dos Mbayá e Chané; a fundação da cidade de Santa Cruz de la Sierra (1561), próxima de San José de Chiquitos, que abriu a comunicação entre o rio Paraguai e os Andes, e entre o vale do rio da Prata e o sistema hidrográfico do Amazonas. Cf. Guzmán (1980 [1612]).

⁹ A complexidade da realidade chaquenha colonial, composta por múltiplos povos, extensas redes de relações sociais e políticas podem ser vistos mais completamente na obra de Susnik (1971, 1978, 1981, 1995).

¹⁰ Os assentamentos Chané-Guaná foram então localizados no Chaco Boreal entre o paralelo 18 e 23, estendendo-se até o oeste, limitando-se com o Peru (Kersten 1968).

terras estranhas. A preocupação com o acesso aos víveres produzidos pelos indígenas aparece de forma clara e constante nos primeiros relatos europeus. Schmidl registrou as primeiras experiências dos exploradores na região, destacando de forma dramática o problema da fome¹¹

Assim, os primeiros relatos sobre a região chaquenha (Cabeza de Vaca, Schmidl, Ayolas e Irala) traçaram caminhos sinalizados pela presença de povos agricultores. Esses assumiram uma particular importância, pois das habilidades e conhecimentos indígenas dependeu em grande medida a sobrevivência dos conquistadores espanhóis do *Chaco*. Entretanto, os europeus não foram os únicos a formular estratégias para o controle do espaço sócio-político que ia sendo delineado. Os Guaná, usando suas habilidades e condição de produtivos povos agricultores, inicialmente ofereceram seus préstimos, serviços e roças, conquistando a fama de hospitaleiros, dóceis e aliados, servindo como guias, remadores, carregadores, intérpretes e fornecedores de produtos de subsistência, enfim, fizeram-se indispensáveis aos europeus e, assim, conseguiram um lugar no mundo colonial chaquenho.

Os conquistadores espanhóis da região do Rio da Prata, incluindo os missionários que transitavam pelo *Chaco*, descreveram a fragilidade, passividade e até mesmo ingenuidade dos Chané-Guaná frente às astúcias do poder europeu. Como bem se sabe, os indígenas demonstraram ao longo da história que também manipulavam a situação do contato, formulando táticas e executando políticas próprias. Com os povos chaquenhos não foi diferente.¹² Embora esse tipo de atuação, em relação aos Chané-Guaná, não seja tão claro nos documentos coloniais espanhóis que priorizaram os feitos europeus, explicitando como esses perceberam e atuaram frente a esses indígenas, obscurecendo-se os indícios sobre suas percepções, essas podem ser capturadas nas maneiras através das quais aqueles grupos se relacionaram com os agentes europeus, seus objetos e instituições, como lidaram com esses novos estrangeiros em seus domínios, bem como aos demais eventos que se seguiram à intromissão européia.

Os Chané-Guaná, em geral, e talvez com a exceção dos Terena (Oliveira 1976), não evitaram de imediato a nova ordem. Inicialmente, movimentaram-se em sua

¹¹ Segundo o soldado alemão: “Padecian todos tan grande miséria que muchos morían de hambre, ni eran bastantes a remediaria los caballos. Aumentada esta angustia haber ya faltado los gatos, ratones, culebras y otros animales inmundos con que solían templaria, y se comieran hasta los zapatos y otros cueros” (Schmidl 1970:270).

¹² Por muitos anos os Mbayá utilizaram das rivalidades entre os espanhóis e portugueses para obterem favores de ambas as partes, e mais tarde dos brasileiros que reconheceram o valor da aliança e conquistaram os índios com doação de armas e ferramenta (Métraux 1996: 40-1).

direção, buscando dela participar, estabelecendo um convívio que se tornou mais duradouro e estável a partir de meados do século XVIII.¹³ Na interação social inicial com os europeus, ainda que esporádica, mostraram a sua disposição e tendências, que permitiram iniciar a produção de um espaço político, salvaguarda da continuidade da sua existência coletiva, fruto de sua “abertura ao outro”.

As relações dos Guaná com outros grupos durante o período do *Chaco* se deram, sobretudo, com outros povos indígenas, através de formas integradoras, tomando o “Outro” como aliado, parceiro ou cativo, revelando um mundo tecido por intrincadas e amplas redes sociais e políticas que se tornaram mais complexas quando, além de outros grupos indígenas, passaram a incluir os europeus. Nessa configuração sócio-política e cultural, os Chané-Guaná tenderam para a realização de alianças que melhor respondiam à ambição do grupo de possuir grandes aldeias, reunir maior número possível de gente, manter extensas áreas de cultivo e realizar trocas.

Preferencialmente, os Chané-Guaná do *Gran Chaco* se relacionaram com outros grupos através de uma extensa rede de trocas que demandaram grandes expedições com destino a outras aldeias, a outras regiões como, por exemplo, a andina e a dos Itatin e, em meados do século XVIII, aos centros provinciais como Assunção e Santa Cruz de la Sierra. Os viajantes Chané-Guaná, portanto, percorriam grandes extensões territoriais para realizarem suas trocas, sendo um dos povos distribuidores das placas de metal entre os povos da região do Alto Paraguai.¹⁴ A realização dessa atividade, constatada pelos europeus, mostra que se a atividade do comércio era entendida pelos colonizadores como uma maneira de “civilizar” os índios e resolver parte das necessidades de abastecimento dos povoados coloniais, conforme assinalou Azara (904), para os “troquistas” Chané-Guaná, usando-se uma expressão de Susnik (1981), tratava-se de dar continuidade a uma antiga prática, do velho costume de estabelecer relações através das trocas que passou a incluir os europeus.¹⁵

¹³ Cardoso de Oliveira (1976) avaliou que os Terena foram os últimos entre os Guaná a estabelecerem uma relação mais regular com a sociedade colonial: “a prioridade de contato que uns grupos em relação a outros mantinham com a sociedade nacional ou com as Missões nos permite julgar os Terena como aqueles índios mais retraídos ao contato” (p. 59).

¹⁴ Os Aruák distribuidores de placas de metal são identificados por Susnik (1971) como sendo os Chané localizados próximos aos Guarani. Durante o século XIX, as atuais regiões de Miranda, Albuquerque, Corumbá e seu entorno foram referidas, nos documentos oficiais e nas narrativas dos viajantes, como sendo o Baixo Paraguai. Atualmente, essa área até o rio Apa é denominada de região da Bacia do Alto Paraguai.

¹⁵ Os Aruák chaquenhos, como analisa Susnik (1995), se caracterizavam pela grande inclinação para se comunicar com outros grupos e para adquirir bens mediante as trocas; dessa maneira, alguns desenvolveram um verdadeiro “sistema de troquistas-viajantes”, expressão da notável receptividade dos Guaná aos elementos culturais de outros grupos, do grande interesse pelo intercâmbio comercial e o

O ponto de vista dos Chané-Guaná insinua-se nas primeiras descrições realizadas pelos europeus que dão a conhecer as manifestações daquele grupo, traduzidas na hospitalidade e na percepção de que esses “outros” e seus pertences tinham um valor positivo, de trocas, que os levaram ao oferecimento dos seus préstimos, que deveriam ser devidamente retribuídos. Nessas condições se dispunham e servir e a oferecer seus produtos.

A conduta receptiva dos Guaná ao evento da chegada dos europeus mostra a expectativa de povos que já estavam habituados ao intercâmbio com outros grupos indígenas e que tinham interesse por novas possibilidades de trocas e pela ampliação de relações, que poderiam ser convertidas em alianças proveitosas, como fonte de bens e de conhecimento, capazes de concorrer para a sua sobrevivência, ou aumento de prestígio dos seus líderes. A receptividade Chané-Guaná constatada pelos europeus correspondeu a uma das tendências dos povos Aruák que, historicamente, revelaram um irrefreável interesse pelos objetos e conhecimentos dos ocidentais, como foi comum a muitos outros povos, mostrando como e porque eles se aproximaram, ofereceram seus préstimos e estabeleceram relações com aqueles novos sujeitos e seus objetos.¹⁶

No final das incursões espanholas, “el *Chaco* ya no era el muro que ocultaba el Dorado y, por consiguiente, perdió su interés” (Métraux 1996: 19 [1946]). A partir desse momento, o *Chaco* passou a ser quase que exclusivamente uma área de atuação dos missionários católicos, sobretudo os jesuítas.¹⁷ A história constituída, relativa ao

desejo para explorar novas regiões. Pode-se avaliar que as interações com outros grupos eram essenciais para a capacidade produtiva agrícola e manufatureira dos Guaná-Aruák, realizando-se através da relação de trocas, alianças, da extensão das relações de parentesco, da captura e adoção de indivíduos de outras filiações étnicas.

16 Os Chané-Guaná estão vinculados ao grupo Aruák, ramo Maipure. Heckenberger (2001) sugere que todos, ou quase todos os grupos vinculados ao ramo Aruák-Maipure ao sul da Amazônia (Bauré, Mojo, Piro, Chané, Terena, Guaná, Pareci e as do Alto Xingu), provavelmente foram levados a uma série de imigrações pela região do Alto Madeira, de onde posteriormente se expandiram para o Oeste (Acre e Peru), para o Sul (terras baixas da Bolívia) e para Leste (Periferia Meridional da Amazônia). Nesse traçado, os atuais Terena e Kinikinau representam os povos situados nos limites mais estendidos ao Sul.

17 Cypriano (2000) identificou três etapas nas tentativas de exploração do Chaco, com estratégias particulares que, resumidamente, podem ser assim mencionadas: uma primeira etapa iniciada em 1526 e estruturada na força das armas de pequena parcela do exército hispânico e significativa quantidade de guerreiros indígenas que se uniram aos europeus; a segunda fundamentada em frentes de ocupação espanhola da região, com o objetivo de assegurar a rota entre o Peru e o Atlântico e, finalmente, a terceira baseada no estabelecimento de missões entre os indígenas, visando a sua pacificação e a segurança dos povoados fundados no entorno do Chaco. As tentativas da Companhia de Jesus para a redução dos povos chaquenhos ocorreram a partir do início do século XVII com os chamados Guaicurus do sul, e tinham por objetivo “domesticar” e conter a agressividade e “selvageria” daqueles grupos.¹⁷ A experiência dos jesuítas entre aqueles povos foram frustradas pela recusa indígena e em 1626 os missionários abandonaram definitivamente as suas atividades de conversão dos Guaicuru, os quais aceitaram inicialmente serem reduzidos pelo interesse que tinham na livre circulação que poderiam ter para realizar trocas em Assunção. Sobre as tentativas de conversão dos povos Guaicuru veja Susnik (1981), Herberts

território do Chaco, pode ser vista nos registros de Techo (1897 [1663]); Jolis (1972 [1789]); Lozano (1941 [1793]); Dobrizhoffer (1967, 1968, 1970); Sanches Labrador (1910), e dos demarcadores das fronteiras coloniais hispânicas na América, Azara (1943 e 1969 [1809] e Aguirre (1898 [1796])), além dos registros da administração espanhola que se exercia sobre a ampla região colonial do Paraguai.¹⁸

Sob a perspectiva de que descrever os espaços significa descrever as relações entre as pessoas (Augé 1997), verifica-se que ao fracasso inicial das investidas espanholas para dominar os povos indígenas que habitavam o *Chaco*, sucedeu-se a idéia de precariedade, escassez, da inutilidade do território chaquenho, que passou a tomar parte do discurso dos peninsulares a respeito da região, descrita então como “lugares escabrosos y poblados de gentes feroces, enemigas del hombre español” (Techo 1897: 147). A concepção negativa do território chaquenho, seguidamente descrito como obscuro, como uma área degradada pela presença de povos “bárbaros e infieis” que deveria ser expurgada, foi acompanhada da idéia de territórios “vazios”, espaços solitários e desconhecidos; um espaço em estado “natural” e, conseqüentemente, aberto para ser transformado, isto é, para ser cristianizado e “civilizado”, como se pensava em relação ao mundo colonial como um todo.¹⁹ Essa concepção do *Chaco* obliterou o caminho de acesso ao conhecimento dos seus povos, na medida em que correspondeu tão somente às representações européias de um mundo por eles imaginado como selvagem, caoticamente desgovernado, mas que não o impediu completamente.

As noções de território incivilizado, vazio e hostil, portanto, produziram representações parciais da realidade chaquenha e obscureceu a possibilidade de se perceber a região a partir da perspectiva dos povos que nela habitavam. Não obstante a importância que os eventos selecionados pela historiografia oficial para serem registrados e perpetuados possam ter, em relação à constituição de uma memória histórica da região platina, existe uma perspectiva que não pode ser ignorada: a da

(1998) e Cypriano (2000) que trabalham com os relatos e descrições produzidos pelos padres da Companhia de Jesus.

¹⁸ A província do *Paraguay* abrangia, nos primórdios da época colonial, limites muito mais extensos do que os da contemporânea República do Paraguay. Compreendia uma imensa região que se estendia até a capitania de São Vicente, o rio da Prata e a província de Tucumán, na atual Argentina e a província de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia. Os atuais estados brasileiros do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e parte da Bacia Amazônica eram parte da jurisdição da província do Paraguay, abrangendo, também as atuais Argentina, Uruguai e parte da Bolívia (Fleck 2004).

¹⁹ A concepção negativa do Chaco marcou a história do local até recentemente, constituindo uma das representações mais fecundas da historiografia da região que foi reforçada no contexto da formação do Estado-nação. A partir da lógica econômica do mercado o Chaco foi visto como uma fronteira natural de lenta incorporação às dinâmicas nacionais, que teria se iniciado efetivamente a partir da década de 1960 (Vasquez 2009).

percepção indígena sobre os eventos a que estiveram sujeitos, da chegada dos europeus e seus desdobramentos, que transformaram o *Chaco* em uma região colonial. Dessa forma, constitui-se um novo horizonte, onde os povos indígenas adquirem visibilidade, não somente pela constatação da sua presença, mas, sobretudo, pelas maneiras sob as quais lidaram com a intrusão européia, que traduzem a forma de constituírem sua história, e que representam uma das dimensões da história do *Chaco*. Os espaços sócio-políticos que os indígenas ocuparam no mundo colonial informam sobre o tipo de relações estabelecidas com os novos sujeitos; também dizem respeito às interpretações sobre essa presença, observando-se que aquele relacionamento não se realizou no vazio, uma vez que os distintos grupos também possuíam políticas próprias, disposições e tendências que, certamente, pautavam as suas experiências. Estudos comparativos de histórias locais de diversos povos Aruák da Amazônia, como aqueles apresentados por Hill e Santos Granero (2002), articuladas ao contexto mais global da colonização, demonstraram a existência de uma surpreendente e consistente semelhança entre os povos estudados, em relação a um conjunto de elementos sócio-culturais. Isso, conforme sugerido por Santos Granero (2002), permite falar da existência de um “*ethos* Arawak” que trabalhou ativamente através dos tempos, representando a estrutura geral da atuação daqueles povos.²⁰

Os Chané-Guaná do Chaco tenderam a se movimentar sob uma forma marcadamente aberta, dispostos a estabelecer relações com outros povos, incorporando-os ou com eles convivendo e trocando, o que serviu para a expansão das atividades consideradas básicas para a sua existência. Em um primeiro momento, referido ao tempo em que permaneceram no Chaco, essa tendência foi realizada, sobretudo, em relação aos demais povos indígenas da região e, posteriormente, manifestada mais freqüentemente em relação aos colonizadores e nacionais.

²⁰ Não obstante a diversidade dos grupos existentes e a sua grande dispersão espacial, encontrando-se espalhados desde a região amazônica até o sul de Mato Grosso do Sul, os atuais povos Aruák apresentam certas convenções e percepções que, embora não sendo exclusivas, ao aparecerem como um conjunto comum confere singularidade àqueles grupos. Dentre os elementos que Santos-Granero (2002) apresentou como definidores de um *ethos* Aruak, três freqüentemente emergem nas representações sobre os Chané-Guaná: o repúdio às guerras entre os grupos falantes da mesma língua, a disposição para novos contatos e a tendência para estabelecer alianças com outros povos, como elementos importantes da dinâmica social e política do grupo. Como elementos compartilhados pelos povos Aruák, Santos-Granero (2002) relaciona: a abstenção da “endo-warfare”, a propensão para estabelecer alianças políticas com povos linguisticamente relacionados, a adoção de descendência, consangüinidade e comensalidade como atributos de uma boa vida social, a liderança hereditária e a centralidade da religião na vida política e social.

As relações linguagem-cultura não são puramente arbitrárias, a afiliação lingüística pode permanecer conectada com uma série de particulares práticas culturais sob longos períodos de tempo (Hill 2002). A partir de evidências constatadas em seu trabalho de campo com os povos do Alto Xingu, Heckenberger (2002) analisa que mais do que um simples vínculo lingüístico existiria uma estrutura simbólica, de esquemas conceituais e percepções pré-existentes, que orientaria as práticas sociais dos Aruák. Dessa forma, e levando-se em conta a distância temporal e espacial, pode-se sugerir que os descendentes dos povos Aruák do Chaco mantêm um vínculo histórico de longa duração, refletindo esquemas culturais amplos, categorias e princípios já presentes na cultura Maipure. Aceitar que tal vínculo seja possível não implica na reificação dos povos Aruák sob as imagens de pacíficos e amáveis povos indígenas, em contraposição aos hostis e belicosos povos nativos como os Caribe, por exemplo. Essa polarização, como Monteiro (2000) analisou, é uma projeção dos primeiros posicionamentos políticos e estratégicos da agenda colonial. Whitehead (2002) assinalou que a manipulação das classificações lingüísticas serviu aos propósitos de dominação dos primeiros tempos coloniais; entretanto, isso não implica em negar as conexões de longa duração entre filiação lingüística e uma série de práticas sociais, ao se levar em conta como o pertencimento ao tronco lingüístico se manifestou em trajetórias locais.²¹

A trajetória histórica dos atuais povos Guaná (Terena e Kinikinau), conforme as fontes permitem inferir, mostra dois aspectos ou dimensões que marcaram a vida coletiva. Primeiro, a existência de uma tendência associativa e integradora na forma do grupo se constituir e organizar, que também abarcou aspectos práticos, uma vez que a interação com estrangeiros devia ser compensada com ganhos políticos e, talvez, redução de ameaças, como no caso das expectativas dos Chané-Guaná ao estabelecerem relações não apenas com outros grupos tribais, como os Mbayá-Guaicuru, mas também com a sociedade colonial e, posteriormente nacional. Como segundo aspecto marcante observam-se a disposição daqueles grupos para formar alianças e a de incorporar o exterior como parte do seu mundo, Embora não sendo possível descrever o processo de incorporação ele certamente ocorreu como pode ser percebido nas coisas mais visíveis como a adoção da vestimenta, utensílios, técnicas e instrumentos dos ocidentais e a

²¹ Whitehead, ao analisar como o pertencimento ao tronco lingüístico Aruák, trabalhou culturalmente na região noroeste da América Meridional, durante o período colonial advertiu sobre as armadilhas de presentes processos de identificação de relações socioculturais com base naquela categoria. Sugere que o risco pode ser evitado com a adoção de uma perspectiva histórica de longa duração, levando-se em consideração as histórias locais.

notável habilidade para se expressarem na língua da sociedade mais ampla. A permeabilidade dos limites sociais dos Guaná-Aruák se manifestou historicamente pela incorporação de coisas, concepções e pessoas que, em geral e como se observou anteriormente, foram vistas positivamente. O caráter interativo e integrador das relações estabelecidas com outros grupos conduziram a uma maior flexibilidade das fronteiras material e simbólica dos Guaná, expressando uma dinâmica sócio-política ancorada em um *ethos* fundamentado em princípios de integração e hospitalidade que, como assinalou Schmidt (1917), era comum entre os Aruák.²² Contextualmente definida, a flexibilidade constituiu-se em uma das mais importantes características dos Guaná, habilitando seus grupos a, rapidamente, reelaborar suas relações e até mesmo suas identidades de acordo com novas demandas locais. A permeabilidade dos Guaná resultou em larga medida da disposição e tendência dos seus grupos não somente para acomodar, mas também para incorporar o outro, verificando-se uma interação contínua e trocas. Nesse sentido, as fronteiras do grupo estavam marcadas pela presença dos “outros”, cujos objetos, símbolos ou atributos podiam ser incorporados para a sua sobrevivência.

É possível, dessa forma, sugerir que o princípio integrador presente na estrutura Chané-Guaná, que freqüentemente marcou os grupos Aruák, constatada pioneiramente por Schmidt (1917), ofereceu condições para os processos de apropriação amplamente desenvolvidos pelos povos Guaná. Nesse sentido, pode-se afirmar que os bens materiais e os simbólicos (conhecimento-saber), que os migrantes Chané-Guaná trouxeram à região do Chaco, estavam impregnados de princípios presentes no substrato Aruák, na existência de um *ethos* de acomodação, fundado no princípio da hospitalidade, em fronteiras sociais permeáveis que possibilitaram a incorporação Guaná não apenas de coisas, mas, também de discursos, concepções e pessoas, sem que com isso deixassem de ser Guaná.

As atividades privilegiadas pelos Guaná do tempo do Chaco, para a sua interação com os coloniais foram, portanto, aquelas relacionadas às trocas e serviços, enquanto que as alianças matrimoniais, o rapto de crianças e mulheres e a manutenção de cativos, economicamente integrados e socialmente adotados, além do intercâmbio de objetos, eram as práticas preferidas realizadas com outros grupos indígenas.

²² Pesquisas recentes sobre os Terena apresentam uma perspectiva semelhante. Cf. Moura (2001), Vargas (2003), Acçolini (2004), Mussi (2006), Pereira (2009) e Santana (2010), entre outros.

Os Chané-Guaná periodicamente se deslocavam para os núcleos coloniais, em direção à Assunção e seus arredores para realizarem trocas ou prestarem serviços temporários, como passaram a fazer a partir de meados do século XVIII. São inúmeros os registros coloniais hispânicos a descreverem as periódicas viagens dos Guaná à Assunção, na época do Chaco. Essa atividade de deslocamentos para realizar trocas ou prestar serviços teve continuidade no território luso-brasileiro, para onde se transferiram na segunda metade do século XVIII.

A clássica representação das experiências do contato dos povos indígenas como um confronto entre mundos radicalmente opostos e incomensuráveis não se aplica inteiramente aos Guaná, uma vez que a sua tendência integradora possibilitou a constituição de experiências que revelam que eles não se retraíram em busca de uma “preservação cultural”, se dispostos ao convívio, à incorporação, à conciliação e à sua própria transformação, como uma tendência que, em geral, pautou a vida do grupo.

Povos como os Guaná, que circulavam com relativa desenvoltura nos imensos campos e matas que se estendiam do Chaco Oriental à região da bacia do Alto Paraguai, desde o início ofereceram seus préstimos e sua amizade aos adventícios. Se muitos grupos ameríndios adotaram uma postura agressiva às perturbações da presença européia, outros puderam assumir um posicionamento mais conciliador, constituído a partir de antigos hábitos e costumes, tais como a formação de alianças e tendência para a ampliação de contatos interétnicos e que, frente aos novos estrangeiros, se manifestou na busca de articulação com a nova realidade que se instaurava. Esses requisitos possivelmente concorreram para a conquista Guaná dos termos da relação interétnica, através da apropriação do discurso e de dispositivos coloniais, e ao estabelecimento de parcerias que se lhes pareciam vantajosas.

Esse tipo de recepção rendeu ao grupo a sua mais clássica representação: a de povos submissos e passivos que, ao longo do tempo, foi perdendo a sua cultura tradicional, por não oferecer resistência. Porém, ao se deter sobre as possíveis vantagens da aproximação praticada não fica difícil perceber que os Guaná toleraram e aceitaram os colonizadores porque esses representavam uma fonte de bens e uma provável aliança para tornar sua atividade de trocas mais vantajosa.

Nesse sentido, há que se considerar que, muito além de perturbar o mundo indígena, a presença européia na América, fruto do movimento inexorável da história, ofereceu aos grupos como os Guaná novas possibilidades para realizarem suas expectativas e ambições, tais como a ampliação da rede de trocas, a aquisição de novos

bens e de novas parcerias. Com isso não se está negando a violência dos primeiros contatos e uma das mais brutais experiências infringidas a uma parcela da humanidade, representada pela conquista da América: guerra, fome, escravidão e morte de muitos povos indígenas. Ações punitivas, deslocamentos forçados, doenças e pandemias, provocaram o extermínio e uma impressionante queda demográfica, como se tem largo conhecimento; epidemias se alastravam até os mais remotos recantos da América, dizimando grupos inteiros (Heckenberger 1992). Entretanto, e mais frequentemente, grupos sobreviveram e buscaram formas de lidar com o “Novo Mundo”. Respondendo a eventos pontuais e dramáticos, os indígenas elaboraram respostas ativas enraizadas em condições sócio-históricas locais e sob uma lógica cultural específica (Heckenberger 2001).

A definição dos Guaná enquanto uma coletividade, sua instituição enquanto uma nação indígena resultou de um amplo processo, no interior do qual a história local articulou-se a uma história mais global. A articulação envolveu tanto a perspectiva e as concepções européias quanto as dos indígenas, sendo essas últimas marcadas pelos mecanismos de apropriação e incorporação por eles amplamente utilizados no estabelecimento de suas relações inter-étnicas, quer com outros grupos indígenas quer com a sociedade do tipo ocidental, revelando a percepção dos Chané-Guaná sobre os recursos europeus como itens que podiam capturar e incorporar, passando a fazer parte de sua constituição.

Os Chané-Guaná coloniais foram predominantemente descritos nas crônicas e narrativas daqueles tempos como pacíficos, receptivos e submissos frente aos mais poderosos.²³ Entretanto, como se tentou mostrar, vista sob uma perspectiva histórica, essa representação aparece como uma cristalização das impressões dos coloniais sobre aqueles grupos. Vestígios escaparam dos registros, permitindo compor outra representação, uma vez que oferecem uma visão sobre os Guaná como parte de uma extensa e complexa rede sócio-política fundada em alianças matrimoniais e políticas, de compromissos recíprocos que, por exemplo, levaram diversos grupos Guaná a participarem das incursões de saque e de captura de cativos organizadas pelos Mbayá, durante o período em que viveram no Chaco.

²³ Susnik (1972) traçou o que ela considerou como pautas culturais dos Guaná que, resumidamente, consistiria em uma ação de dominação frente aos grupos considerados mais fracos; de estabelecimento de relações com aqueles com algum potencial de trocas e, finalmente, um comportamento de submissão diante de grupos considerados mais poderosos.

Os Guaná atuaram sob condições locais específicas, orientando-se conforme subjacentes princípios de atuação que persistiram ao longo do tempo, articuladas ao contexto mais global da colonização. Acima de ser uma invenção das narrativas espanholas, como um espaço cerrado, selvagem e hostil, o *Gran Chaco* foi, sobretudo, um território de múltiplas territorialidades. Os Guaná movimentaram-se e constituíram essa região como um espaço de pertencimento marcado pelas relações intertribais e inter-étnicas, para as quais se abriram.

Ao Chaco colonial do imaginário ocidental, imenso e obscuro território ocupado por indígenas hostis e selvagens, contrapõe-se o Chaco indígena: um mundo que abarcou não somente a guerra, as lutas e conflitos, incluindo igualmente as celebrações festivas, a solidariedade e a reciprocidade, e onde a articulação entre diferentes povos permitiu a preservação da região por quase três séculos como domínio indígena. Do ponto de vista do colonizador, afirmou-se uma paisagem inóspita e a existência de povos hostis, imaginados como a encarnação de um mundo sem pudores, regras ou sentido.

Ao término do século XVIII, os grupos Guaná haviam se transferido do *Gran Chaco* para as terras que começavam a ser delineadas como parte constituinte de um Estado-nação, passando aqueles grupos a ser considerados como parte do Império brasileiro e, dessa forma, a ele incorporado. A nomeação genérica Chané-Guaná ou simplesmente Guaná, usada predominantemente nos registros coloniais, gradativamente cedeu lugar às nomeações relacionadas a cada um dos quatro subgrupos, que se tornaram comuns no final do século XVIII, provavelmente através da classificação registrada pelos jesuítas Jolis e Sanches Labrador, e que corresponde àquela assinalada posteriormente pelos demarcadores das fronteiras hispânicas na América, Azara (1843 [1792]) e Aguirre (1898 [1793]). Aqueles missionários se referiram aos Kinikinau, Layana, Echoaladi e Terena como os subgrupos Guaná que se deslocaram para a chamada banda oriental do Rio Paraguai, em território que passaria para o domínio dos luso-brasileiros. No novo cenário sócio-político continuaram a exercer suas práticas integradoras e de apropriação dos recursos e discursos disponibilizados pela sociedade mais ampla.

Referências

ACCOLINI, Grazielle. 2004. Protestantismo à moda Terena. Tese de doutorado em Sociologia. UNESP, Campus de Araraquara.

- AGUIRRE, Juan Francisco, 1898 [1793]. *Diário Del Captán de Fragata de la Real Armada don Juan Francisco Aguirre em la demarcación de limites de España y Portugal en la América Meridional*. Boletim Del Instituto Geográfico Argentino. Buenos Ayres, XIX, p. 465-510.
- AMSELLE, Jean Loup & M'BOKOLO, Elikia., 1999 [1985]. *Au Coeur de l'ethnie: Ethnies, tribalisme et État en Afrique*. Paris: La Découvert.
- AUGÉ, Marc., 1997. *Por uma Antropologia dos Mundos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- AZARA, Félix de., 1904. *Geografía Física y Esferica de lãs Provincias del Paraguay y Misiones Guarani*. Montevideo, Anales del Museo Nacional de Montevideo.
- _____. 1943 [1792]. *Descripción e Historia del Paraguay y del Rio de La Plata*. Buenos Aires: Editorial Bajel.
- _____. 1969 [1809]. *Viajes por la América Meridional*. Trad. Francisco de Lãs Barras de Aragon. Madrid: Espasa/Calpe.
- BOCCARA, Guillaume. 1999. Etnogénesis Mapuche: resistencia y reestructuración entre los indígenas del centro-sur de Chile (siglos XVI-XVIII). *Hispanic American Historical Review*, 79-83: 425-461.
- BOURDIEU, Pierre., 1977. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CABEZA DE VACA, Alvar Nuñes., 1984. *Naufração y Comentaríos*. Edición, introdución y notas de Roberto Fernando. Madrid: Raycar.
- _____. 1962. Comentaríos. Escritos por Pero Hernández, escribano y secretario de la Provincia y dirigidos al serenissimo, muy alto y muy poderoso Señor el infante Don Carlos N. S. Estúdio Preliminar y notas aclaratorias deD. Roberto Fernando Perez. In: *Viajes por America del Sur. Viajes e Viajeros*. II. Madrid: Aguilar, pp. 13-87. (Biblioteca Indiana, IV).
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. 1976 [1960]. *Do índio ao Bugre: O processo de assimilação dos Terena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Museu Nacional do Índio.
- CARVALHO, Silvia M. Schmuziger. 1992. Chaco: Encruzilhada de povos ou “Melting Pot” Cultural. Suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. In: *História dos Índios do Brasil* (Manuela Carneiro da Cunha, org.), pp. 457-474, São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAESP.
- CYPRIANO, Doris Cristina de Araújo. 2000. *Os Tobas do Chaco: Missão e Identidade. Séculos XVI-XVII-XVIII*. Dissertação de Mestrado em História. São Leopodo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (USINOS).
- DOBRIZHOFFER, Martin S. J., 1967-1970. *Historia de los Abipones*. Resistencia: Universidad del Nordeste, 3 vol.
- FLECK, Eliane Cristina Deckmann. 2004. As reduções jesuítico-guaranis: um espaço de criação e ressignificação (Paraguai, século XVIII). *Territórios e Fronteiras*, vo. 5. n. 1, pp. 51-60.
- GUZMÁN, Ruy Diaz de., 1980 [1612]. *Anales del Descubrimiento, Población y Conquista del Rio de la Plata*. Assunción: Ediciones Comunero,
- HECKENBERGER, Michael. 2001. Estrutura, história e transformação: a cultura xingwana na *longue durée*, 1000-2000 d. C. In: *Os Povos do Alto: História e Cultura* (Michael Heckenberger e Bruna Franchetto, orgs.), pp. 21-62. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- _____. 2002. Rethinking the Arawakan Diaspora: Hierarchy, Regionality and the Amazonian Formative. In: *Comparative Arawakan Histories: Rethinking Language Family and Culture Area in Amazonia* (Jonathan D. Hill and Fernando Santos-Granero, eds.), pp. 99-122. University of Illinois Press.
- HERBERTS, Ana Lúcia. 1998. *Os Mbayá Guaicuru: área, assentamento, subsistência e cultura material*. Dissertação de Mestrado em História, na área de Estudos Históricos Ibero-Americanos. Porto Alegre: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).
- HIL, Jonathan D. 1996. *History, Power and identity: ethonogenesis in the America, 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press.
- _____. e SANTOS-GRANERO, Fernando (orgs). 2002. *Comparative Arawakan histories: rethinking language family and culture area in Amazonia*. Chicago: University of Illinois Press.
- JOLIS, José. 1972 [1789]. *Ensayo sobre la Historia Natural del Gran Chaco*. Resistência: univervdad del Nordeste.

- KERSTEN, Ludwig., 1968 [1905]. *Las Tribus Indígenas del Gran Chaco hasta fines del siglo XVIII*. Argentina/Resistência: Universidad nacional del Nordeste.
- LABRADOR, J. Sanches., 1910. *El Paraguay Católico*. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos.
- LOZANO, Pedro. 1941 [1733]. *Descripción Corográfica del Gran Chaco Gualamba*. Tucumán: Ed. Inst. Antropología.
- MÉTRAUX, Alfred. 1996 [1946]. *Etnografía Del Chaco*. Asunción: Editorial El Lector.
- MONTEIRO, John Manuel. 2001. *Tupis, Tapuias e historiadores – Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese de Livre Docência, Campinas: Universidade Estadual de Campinas: 2001.
- MOURA, Noêmia dos Santos Pereira. 2001. *UNIEDAS: o símbolo da apropriação do protestantismo norte-americano pelos Terena (1972-1993)*, Dissertação de Mestrado em História, Dourados/MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- MUSSI, Vanderléa Paes Leite. 2006. *As estratégias de inserção dos Índios Terena: da aldeia ao espaço urbano (1990-2005)*. Tese de Doutorado em História, Assis:
- SANTANA, Graziella Reis. 2010. *História, Espaço, Ações e Símbolos das Associações Indígenas Terena*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: IFCH/UNICAMP.
- SANTOS-GRANERO, 2002. The Arawakan Matrix: Ethos, Language, and History in Native South America. In *Comparative Arawakan Histories: Rethinking Language Family and Culture Area in Amazonia* (Jonathan D. Hill and Fernando Santos-Granero, eds.), pp.25-59. Illinois: University of Illinois Press.
- SCHMIDL, Ulrich. 1970. *Derrotero y viaje a Espana y las Índias*. Buenos Aires.
- _____. 1945. *Viaje al Rio de la Plata*. Buenos Aires: Emecê Editores.
- SCHMIDT, Max. s/d [1917]. *Os Aruaques; uma contribuição ao estudo da difusão cultural*. Brasília: Ministério da Agricultura, mimeo.
- SUSNIK, Brasnislava. 1971. *El Índio Colonial*. Asunción: Museu Etnográfico Andrés Barbero.
- _____. 1972. *Dimensiones migratorias y pautas culturales de los pueblos del Gran Chaco y su periferia*. Resistência: Universidad Nacional del Nordeste.
- _____. 1978. *Etnologia do Chaco Boreal y su periferia (XVI-XVII)*. Assunção: Museu Etnográfico Andrés Barbero.
- _____. 1981. *Etnohistoria de los Chaqueños. Los Aborígenes Del Paraguay*. Asunción: Museu Etnográfico Andrés Barbero.
- _____. 1982. *Los aborígenes del Paraguay T. III/1 Ethnohistoria de los chaqueños (1650-1910)*. Assunção: Museu Etnográfico Andrés Barbero.
- _____. 1995. *Los Indios del Paraguay*. Madrid: Editorial MPFRE.
- TECHO, Nicolas del. 2005 [1663]. *Historia de la Provincia del Paraguay de la Compañia de Jesús*. Assunção: Biblioteca Paraguaya.
- VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. 2003. *A construção do Território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção*. Dissertação de Mestrado em História, Dourados/MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- VAZQUEZ, Fabrício. 2009. El Chaco como Frontera Total del Paraguay: Del Aislamiento a la Integración Transfronteriza. In: *Seminário de Estudos Fronteiricos* (Edgar Aparecido da Costa e Marco Aurélio Machado de Oliveira, orgs.), Campo Grande/MS: Editora UFMS, p.p 9-24.
- WHITEHEAD, Neil L. 1992. Tribes Make States and States Make Tribes: Warfare and the creation of Colonial Tribe and State in Northeastern South America, 1492-1820. In: *War and the Tribal Zone: Expanding States and Indigenous Warfare* (Brian Ferguson e Neil L. Whitehead, orgs.), pp. 127-150, Santa Fe/Novo México: School of American Research Press.
- _____. 2002. Arawak Linguistic and Cultural Identity through Time: Contact, Colonialism, and Creolization. In: *Comparative Arawakan Histories* (Jonathan D. Hill and Fernando Santos-Granero, eds.), pp. 51-73, University Illinois Press.
- WOLF, Eric. 1982. *Europe and the People whitout History*. Berkeley: University California Press.